



Porto Alegre, agosto de 2021.

## SINTERGS

### Análise de impacto Reforma da Previdência do Rio Grande do Sul (LC 15.429/2019)

#### Desconto Previdenciário | (Ipergs - Previdência RPPS/RS)

Em dezembro de 2019, de acordo com registros na folha de pagamento do estado, o montante descontado a título de Previdência RPPS, dos servidores ativos, totalizava R\$ 34,4 milhões, em dezembro de 2020, totalizou R\$ 32,8 milhões, uma redução de 1,5 milhão ou -4,4%.

**Tabela 1 – Montante descontado dos servidores ATIVOS a título de Previdência RPPS<sup>(1)</sup>  
Poder Executivo do Rio Grande do Sul, Dez/2019 e dez/2020**

Ativos			Variação R\$ 2020/2019	Variação % 2020/2019
(Ipergs - Previdência RPPS/RS)	dez/19 (R\$)	dez/20 (R\$)		
Executivo	34.423.887	32.893.846	- 1.530.041	-4,4%

Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Tesouro/RS

Notas: (1) Não inclui previdência/capitalização, Ipergs Previdência e pensões.

Elaboração: Dieese

Já entre os servidores inativos, a situação é inversa. Em dezembro de 2019, o montante descontado a título de Previdência RPPS, totalizava R\$ 19,1 milhões, em dezembro de 2020, totalizou R\$ 60,1 milhões, um aumento de 40,9 milhões (214,3%).

Considerando toda a folha do Executivo, incluindo ativos e inativos, é possível verificar que o estado, passou a arrecadar 39,4 milhões a mais a título de previdência. Extrapolando essa variação, que considerou os meses de dezembro de 2019 e 2020, para **um ano** (13 meses), cerca de **R\$ 513 milhões foram pagos a mais pelos servidores**.



**Tabela 2 - Montante descontado dos servidores INATIVOS a título de Previdência RPPS<sup>(1)</sup>  
Poder Executivo do Rio Grande do Sul, Dez/2019 e dez/2020**

Inativos			Variação (R\$) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019
(Ipergs - Previdência RPPS/RS)	dez/19 (R\$)	dez/20 (R\$)		
<b>Executivo</b>	19.124.807	60.115.484	40.990.676	214,3%

Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Tesouro/RS

Notas: (1) Não inclui previdência/capitalização, Ipergs Previdência e pensões.

Elaboração: Dieese

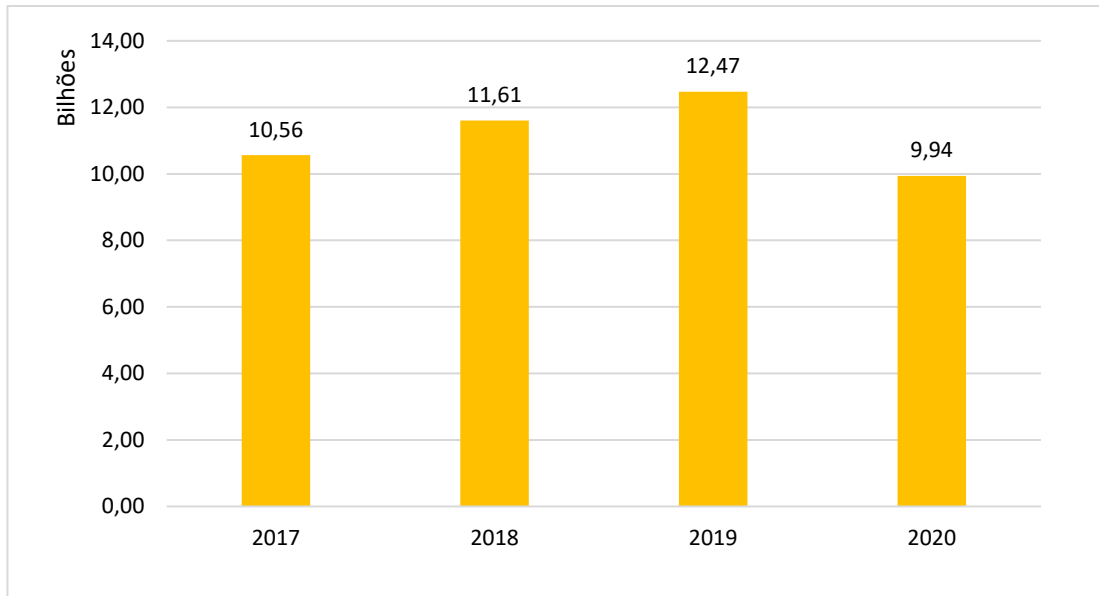
A LC 15.429/2019, vigente desde abril de 2020, manteve na essência o que a EC 103/2019 trouxe de pior, como o rebaixamento dos valores das aposentadorias e pensões e o aumento do tempo de contribuição necessário para conseguir o valor da aposentadoria em sua totalidade. Mas destaca-se, entre as várias mudanças, a previsão de desconto de contribuições dos inativos que antes eram isentos na parcela de proventos limitada ao Teto do RGPS (hoje R\$ 6.433,57) como é para os aposentados da iniciativa privada, mas que com a reforma, a faixa de isenção passou a ser o valor do salário-mínimo nacional, ou seja, a partir de R\$ 1.100,00 o aposentado já tem descontado contribuição conforme as alíquotas progressivas.

Registra-se que embora essa seja uma possibilidade prevista na EC 103/2019 para os regimes deficitários, não é praticada nem para os servidores federais da união, que como todos sabem, possuem salários significativamente mais valorizados que os servidores do estado do RS e RPPS deficitário.

O estado do RS esteve entre os primeiros a aprovar a reforma no seu RPPS, mas atualmente quase todos os estados já fizeram, e, hoje, é possível verificar que boa parte não adotou regramento tão severo para aqueles que já contribuíram por uma vida inteira. Por exemplo, no Acre, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Santa Catarina, os inativos seguem recolhendo apenas sobre o que excede o teto do RGPS. Outros estados elevaram os valores de piso de incidência, trocando o salário mínimo por outra referência, como o caso da Bahia, Mato Grosso e Paraná que inicia a incidência a partir de 3 salários mínimos.



**Gráfico 1 - Déficit Previdenciário RPPS RS – Plano Financeiro**



Fonte: RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II). CAGE RS

Elaboração: Dieese

**Variação do Déficit previdenciário RPPS RS – Plano Financeiro**

2018/2017 = 10% incremento de R\$ 1 bilhão

2019/2018 = 7% incremento de R\$ 858 milhões

2020/2019 = -20% queda de R\$ 2,5 bilhões

1 semestre 2021/2020 = R\$ -14% queda de 673,9 milhões